



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

22/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Justiça do Trabalho: fim causa sobrecarga

O plano do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de extinguir a Justiça do Trabalho pode sobrecarregar ainda mais o Judiciário Federal – cotado para as ações trabalhistas. É o que afirma o presidente da subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Santos), Rodrigo Julião. O término do foro especializado elevará para, no mínimo, oito anos a espera por sentenças dessa natureza, que hoje são expedidas em até 24 meses. A dilatação no prazo para definições de queixas entre funcionários e empregadores foi um dos temas debatidos na manhã de ontem, durante protesto contra o possível fim da Justiça do Trabalho. O ato ocorreu em Santos e em outros 40 municípios paulistas, coordenado por integrantes da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal de São Paulo (Sintrajud) e entidades e organizações representativas de diferentes segmentos da sociedade civil. Para Julião, a possível extinção será um retrocesso às conquistas sociais obtidas nas últimas décadas e um ataque à democracia. “Trata-se de uma luta em prol da sociedade. Quem perde com a remessa (de ação trabalhista) à Justiça Federal é o trabalhador. A OAB está em defesa da Constituição e da sociedade”.

CAOS NAS RELAÇÕES

Diretor do Sintrajud, Henrique Sales Costa alerta que o fim da Justiça Trabalhista levará “ao caos nas relações de trabalho no País”.

Leia mais: *Jornal A Tribuna* – 22/01/2019

Imprensa e sindicalistas estão atentos a brasileiro

A chegada do presidente Jair Bolsonaro na Suíça foi acompanhada de perto, tanto pela imprensa internacional quanto por investidores e sindicalistas. Protestos por parte de sindicatos suíços e ativistas em Lausanne e Berna levavam cartazes com a foto de Bolsonaro e do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Nelas, um recado: “*not welcome*” (não são bem-vindos).

Fonte: *Jornal A Tribuna* – 22/01/2019

Mercado financeiro prevê inflação de 4,01%

A inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ficar em 4,01% este ano. Essa é a previsão de instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) todas as semanas sobre os principais indicadores econômicos. Na semana passada, a projeção para o IPCA estava em 4,02%. A estimativa segue abaixo da meta de inflação (4,25%), com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%, este ano. Para 2020, a projeção para o IPCA segue em 4%, há 81 semanas seguidas. Para 2021 e 2022, a estimativa permanece em 3,75%. A meta de inflação é 4%, em 2020, e 3,75%, em 2021, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

Leia mais: *Jornal Diário do Litoral* – 22/01/2019

Mercado desigual na América Latina

No mercado de trabalho em países da América Latina e do Caribe, a diferença entre homens e mulheres persiste e, em alguns casos, aumentou nos últimos anos. Esta é uma das conclusões do relatório Panorama Social de América Latina 2018, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Segundo o levantamento, em 2016 a taxa de desemprego urbano era de 10,4% entre mulheres e de 7,6% entre homens. No mesmo ano, 48,7% das mulheres recebiam remunerações abaixo do salário mínimo, índice que cai para 36,7% entre os homens. Na distribuição por faixa etária, a diferença se mantém, alcançando o máximo nas trabalhadoras com idade entre 45 e 64 anos, parcela onde a diferença chegou a 16 pontos. No mesmo ano, em média, 26,9% das mulheres ocupadas estavam em situação classificada pelo estudo como “subemprego”.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/01/2019

Mulheres ‘nem nem’ somam 31,2%

A maior diferença de gênero no mercado de trabalho identificada pela pesquisa da Cepal está nas mulheres jovens fora dele: as que não estão ocupadas nem estudam, denominadas “nem nem”. “Enfatizamos o tema da juventude, porque é a porção etária que está enfrentando as maiores dificuldades de inserção laboral e, sobretudo, as mulheres”, disse a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena. As jovens que não estudavam nem trabalhavam em 2016 correspondiam a 31,2% nos países pesquisados da América Latina e Caribe. Já quanto aos homens jovens, o índice caiu quase três vezes, ficando em 11,5%. Embora nos últimos 15 anos a queda nas taxas dessa condição tenha sido maior entre as mulheres, a diferença é representativa. Entre os fatores, a Cepal citou a falta de políticas e sistemas de cuidado, a manutenção da divisão sexual do trabalho nas famílias, a gravidez na adolescência e a alta carga de trabalho doméstico e de cuidado, ambos não remunerados. “Em particular a distribuição desigual do trabalho não remunerado e de cuidado entre homens e mulheres, o não reconhecimento de seu valor econômico e das barreiras que isso impõe a uma plena integração das mulheres ao mercado de trabalho e, portanto, à obtenção de autonomia econômica, reproduzem as desigualdades de gênero ao largo do ciclo de vida”, analisam os autores do relatório.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/01/2019

Causas do mercado de trabalho desigual

Segundo a oficial de Gênero e Raça do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil e pesquisadora em gênero, Ismália Afonso, para entender o fenômeno é preciso analisar o histórico dessas mulheres. No Brasil, o perfil mais comum é de jovens negras de periferia, evidenciando uma interrelação entre gênero, raça e classe. Mas outros fatores devem ser considerados, como a violência presente nas histórias de vida e nos ambientes onde essas pessoas estão inseridas. “Isso vem sendo forjado ao longo de anos, elas são vítimas de violência doméstica parental e indireta, dos pais contra as mães. E isso ajuda que elas tenham mais dificuldade de se manter na escola. O ambiente público, a cidade mais violenta, concorre para que pessoas que morem em territórios mais violentos [se mantenham], porque é muito difícil sair de casa para estudar de forma estável se a escola é violenta, se o trajeto é violento”, analisa. Outro elemento que contribui, acrescenta Ismália Afonso, é a sobrecarga de trabalho doméstico. E aí não somente dos filhos, mas também de familiares e dos próprios companheiros ou companheiras. Assim, a explicação que busca sugerir como causa central da saída da escola e da dificuldade de empregabilidade a gravidez da adolescência deveria ser observada com mais cuidado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/01/2019